

Movimentos sociais, lutas e resistências territoriais contemporâneas na América Latina

Social movements, struggles and contemporary territorial resistances in Latin America

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Professora da UFRN

Joelson Gonçalves de Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Professor da UFSCar

Nos últimos anos, a América Latina tem sido palco de intensas transformações políticas, com claro aumento da polaridade expressa no aumento da força e representatividade política da extrema direita vis-à-vis a volta de governos entendidos como progressistas ou de esquerda. Neste contexto, o desmantelamento de políticas públicas e ataques diretos a movimentos sociais dividem espaço com a rearticulação de organizações populares de massa e resistências antissistêmicas de diversas ordens.

A atual quadra histórica do capitalismo é fortemente marcada por uma inédita sobreposição de crises de diversas ordens e múltiplas dimensões. Em meio ao enfrentamento da ainda presente crise sanitária mundial e a mudanças climáticas com impactos irreversíveis resultantes de ações antrópicas dirigidas e condicionadas pelo sistema produtivo, evidenciou-se a necessidade de se refletir sobre lutas e resistências dos diversos movimentos sociais, em toda sua heterogeneidade, no Brasil e na América Latina, a partir de uma perspectiva multidisciplinar que avance nas relações entre movimentos sociais, territórios, conflitualidade, resistências entre outras categorias analíticas que contribuam na apreensão das lógicas de sujeitos coletivos em movimento em contextos mais ou menos adversos à democracia.

O continente latino-americano tem sido alvo, pelo menos desde o final da década de 1980, dos impactos da adoção indiscriminada das



políticas neoliberais que agravou os problemas sociais e estruturais dos diversos latino-americanos, a exemplo da concentração de renda, apropriação privada e concentrada da terra, da natureza e dos recursos naturais e aumento da pobreza no continente, em termos gerais.

Apesar de contextos diferentes e relações entre Estado e sociedade marcadas por trajetórias distintas nos campos da história, cultura, educação, economia e, entre outras, política, os últimos governos progressistas do continente inscritos no que ficou conhecido na historiografia especializada como novo-desenvolvimentismo não foram suficientemente capazes de abrir a perspectiva de transformações sociais estruturais e estruturantes que permanecessem mesmo após o esgotamento do projeto novo-desenvolvimentista.

Nos últimos anos, a América Latina tem testemunhado uma tendência preocupante de neoextrativismo e negação de direitos, que tem moldado o cenário socioeconômico da região. Fato é que o neoextrativismo se apresenta como uma lógica de desenvolvimento econômico baseada na exploração intensiva de recursos naturais, como minerais, petróleo e gás, muitas vezes em detrimento do meio ambiente e das comunidades locais. Isso, por seu turno, tem levado a uma deterioração significativa dos ecossistemas, incluindo a destruição de florestas tropicais, contaminação de rios e deslocamento de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.

Essas populações muitas vezes têm seus direitos à terra, consulta prévia e consentimento informado sistematicamente ignorados em nome do desenvolvimento econômico. Eles são deslocados de suas terras ancestrais sem compensação adequada, perdem acesso a recursos naturais vitais para sua subsistência e sofrem com a contaminação resultante das atividades extrativistas. Essa negação de direitos também se estende a outros setores da sociedade. Movimentos sociais, sindicatos e defensores dos direitos humanos são frequentemente criminalizados e reprimidos por governos que priorizam os interesses econômicos das empresas extrativistas. A liberdade de expressão e o direito a protesto são restringidos, enquanto a impunidade para crimes contra defensores ambientais e dos direitos humanos é uma triste realidade.

Este dossiê da Revista Mundo Livre pretende contribuir com as reflexões que fomentem uma releitura da atuação dos movimentos sociais em contextos latino-americanos, perpassados por todas as questões mencionadas. Trata-se de produzir outros olhares sobre as formas de resistência e as ações desses movimentos e as diversas temáticas que perpassam as ações coletivas no mundo contemporâneo. Antemão, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos autores e pesquisadores cujos artigos enriqueceram este dossiê. Seus estudos e análises forneceram uma visão aprofundada das complexidades e potencialidades dos movimentos sociais e das múltiplas resistências na América Latina.

O primeiro artigo deste dossiê traz um resgate teórico das diversas concepções dos movimentos sociais, tendo uma pergunta norteadora central para entender as dinâmicas do contemporâneo, a saber: quais são os desafios colocados à gestão de políticas públicas em contextos em que a sociedade civil se engaja nestes processos cumprindo um papel de mero prestador de serviços? Com base nessa pergunta, as autoras Sara da Silva Freitas e Janaina Bloch nos apresentam sua percepção de que diversos atores foram incorporados ao debate e foram modificados em seus discursos e atuações.

O segundo artigo, de Mariana de Castro Moreira, é resultado de uma entrevista com Samara Pataxó, apresentada pela autora como mulher, indígena, advogada e ativista. Por meio da visão freiriana de educação na qual ter acesso a uma educação que liberta possibilita a obtenção de consciência social, temos uma importante contribuição que abarca movimentos sociais, educação popular e as escolas indígenas e que nos apresenta um caminho para pensar novas possibilidades de formar alunos e indivíduos conscientes do lugar que ocupam na sociedade e emancipados dos padrões opressores.

No artigo seguinte, Gabriel Dib Daud De Vuono, Paola Fernanda Silva Mineiro e Júlia Cardozo Fidalgo Ramos nos apresentam as repercussões do movimento secundarista chileno de 2006. No ano em questão, o país foi marcado por múltiplas ações contrárias ao modelo educacional do país organizado sob influências dos preceitos neoliberais

no curso da ditadura militar. Os protestos, batizados de “revolução dos pinguins”, que tinham a finalidade de reivindicar modificações no sistema educacional daquele país, tinham, segundos os autores, estreita relação com as mobilizações dos universitários chilenos em 2011 e com protestos estudantis realizados em outros países latino-americanos, como no Brasil.

Com o objetivo de discutir as disputas territoriais e as lutas na produção de alimentos no Assentamento Dandara, em Uberaba (MG), o artigo de Diego Silva e Janaina Vinha resgata o debate sobre a reprodução social do campesinato e como ela se materializa com os enfrentamentos e resistências dos movimentos sociais. No caso específico, os autores apresentam os conflitos em torno da produção diversificada de alimentos em comparação às monoculturas exploradas pelo agronegócio no território. Em que pese algumas políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) serem importantes para produção familiar, a falta de apoio e a ausência da organização política interna ao assentamento são problemáticas e acirram o processo de lutas.

O quinto artigo insere-se dentro de uma perspectiva analítica construída recentemente na literatura sobre os movimentos sociais que busca compreender como as disputas podem ser feitas dentro do Estado. Buscando compreender a inserção de militantes negros nos Ministérios do governo federal, os autores Olivia Cristina Perez, Lucas Pereira Nunes, Libni Milhomem Sousa e Rogério de Oliveira Araújo buscam elucidar as dificuldades de inserção desses sujeitos na política institucional. Esse fato está presente na luta constante que os movimentos negros fazem no sentido de denunciar e desmistificar da ideia da democracia racial. O artigo contribui com o debate sobre os limites da política institucional e ajuda a entender como a desigualdade de raça na política opera na prática.

O artigo de Gustavo Oliveira debate ações protagonizadas pelos povos indígenas no México e como eles reclamam seus espaços no diverso leque de lutas sociais registradas no país. Utilizando como caso empírico a comunidade indígena de San Andrés Totoltepec (SAT), o autor

busca discutir as conflitualidades e o que ele denomina de “autonomia dos povos indígenas”, que, desde antes de reconhecerem-se como tal, resistiram – e ainda resistem – ao processo colonial. Destaca-se que, mesmo em meio à tormenta provocada pela trama Estado-Capital, o SAT segue avançando em seu desafio de experienciar formas contra-hegemônicas de exercício da política e da democracia.

Por fim, o sétimo artigo, focado no conflito agrário e luta pela terra na Argentina no ano de 2021, de autoria de Andrea Herrera, Cristián Jara e Marta Elena Gutiérrez, busca contribuir para um diagnóstico do conflito sobre a terra a fim de compreender as ações dos movimentos sociais rurais e dos Estados em relação às dimensões do direito à terra estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). No texto, os autores exploram o conceito de movimentos socioterritoriais como uma categoria analítica para os movimentos sociais cujo objetivo central é a apropriação do espaço na busca de seu projeto político. Os dados apresentados mostram que os movimentos sociais rurais desenvolvem ações relacionadas à posse da terra e à consolidação de seus direitos, seja por meio de protestos ou de ações judiciais. Por outro lado, predominam ações estatais relacionadas ao fortalecimento do sistema produtivo, capacitação e assistência técnica, mas não há evidências de ações voltadas para a reversão das desigualdades na distribuição de terras em favor de camponeses e comunidades indígenas.

Ao longo deste dossiê, se encontra um rico panorama dos movimentos sociais, lutas e resistências territoriais que permeiam a América Latina contemporânea, notadamente Brasil, México, Argentina e Chile. Aos que se dispuserem a ler o conjunto de trabalhos aqui apresentados, terá pela sua frente um rol que aborda, dentre outros temas, a luta pela terra e pelo território, educação popular, luta por democracia, cidadania e direitos para pessoas negras, indígenas, camponeses e estudantes no Brasil e no exterior.

Cada artigo apresentado trouxe contribuições valiosas para o entendimento desses movimentos, destacando-se as múltiplas vozes e experiências que emergem das comunidades que resistem e reivindicam

seus direitos em meio a contextos desafiadores. Assim, este dossiê reforça a importância de olhar para além das narrativas hegemônicas e valorizar as vozes e saberes dos movimentos sociais que desafiam as estruturas de poder estabelecidas. É um convite para reconhecer as conquistas alcançadas, as transformações em curso e as lutas ainda por vir.

Boa leitura a todos, todas e todes!

Sobre os coordenadores

Joana Tereza Vaz de Moura

Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestra em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

Email: joanateresa@gmail.com

Joelson Gonçalves de Carvalho

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador e pesquisador do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol).

Email: joelsonjoe@yahoo.com.br